

**HABEAS CORPUS Nº 528.008 - ES (2019/0245625-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : VANESSA MOREIRA VARGAS  
**ADVOGADOS** : MARCIO AZEVEDO SCHNEIDER - ES016291  
VANESSA MOREIRA VARGAS - ES019468  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : PAULO SERGIO RODRIGUES PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de PAULO SERGIO RODRIGUES PEREIRA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Espírito Santo**.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do ora paciente, por ocasião da r. sentença condenatória, pela prática dos delitos previstos no art. 288, **caput**, e no art. 317, **caput**, c/c art. 71, **caput**, todos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** junto ao eg. Tribunal **a quo**, pugnando pela revogação da prisão preventiva. A ordem foi denegada em v. acórdão sem ementa nos autos (fls. 40-63).

Daí o presente **writ**, no qual sustenta o impetrante, em linhas gerais, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea do r. **decisum** do Juízo de primeira instância que determinou sua segregação cautelar, sustentando, ainda, a ausência de contemporaneidade entre os fatos e o decreto prisional.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva do paciente, e, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas.

A liminar foi indeferida às fls. 228-229.

As informações foram prestadas às fls. 282-286.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação do **habeas corpus**, em parecer de fls. 288-291, cuja ementa oportunamente transcrevo, **verbis**:

*"HABEAS CORPUS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CORRUPÇÃO ATIVA. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. O recorrente pede a revogação de sua prisão preventiva. Alega ausência de fundamentação idônea para mantê-la e aduz a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão ao caso.*

*2. A prisão preventiva foi devidamente fundamentada e deve ser mantida. Assim como afirmado pelo Juiz de direito, o réu é contumaz na prática de crimes, o que demonstra a sua incapacidade de refrear a personalidade criminosa. Ademais, a sentença expressa que ele intimidou um corréu e testemunha dos delitos e que as ameaças continuaram mesmo no curso da instrução criminal. Estes fatos denotam que o paciente é pessoa perigosa e indicam a necessidade de manutenção da prisão preventiva.*

*3. Desta forma, observada a gravidade concreta dos crimes que lhe são imputados e a periculosidade do agente, a prisão preventiva deve ser mantida, porque está autorizada pelos artigos 312 do Código de Processo Penal, e porque é a única alternativa viável para manter a ordem pública, garantir a instrução criminal e aplicar a lei penal.*

*- Parecer pela denegação habeas corpus. "*

É o relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Pretende os impetrantes, por meio do presente **writ**, o reconhecimento da ausência de fundamentação da r. decisão de primeira instância que decretou a prisão preventiva do paciente.

Insta consignar, inicialmente, que a segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar e excepcional, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem tampouco permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores.

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: AgRg no RHC n. 47.220/MG, **Quinta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Regina Helena Costa**, DJe de 29/8/2014; RHC n. 36.642/RJ, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 29/8/2014; HC n. 296.276/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 27/8/2014; RHC n. 48.014/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 26/8/2014.

Na hipótese, a prisão preventiva foi decretada sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

***“Obtempere-se, ainda, que o corréu delator, GEORGE CARDOZO COUTINHO além ter declarado, em mais de uma oportunidade, e antes de se evadir que foi intimidado pelos corréus GILBERTO FURIERI, RONALDO MODÊNESI CUZZUOL, ORVANIR PEDRO BOSCHETTI, ISWIAEL DA ROSAUER OZAIRO COUTINHO GONÇALVES AUER, JOCIMAR RODRIGUES BORGES e PAULO SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA, sendo submetido à revistas pessoais e ameaçado, a Defesa do acusado GEORGE CARDOZO COUTINHO esclareceu, na petição de fls. 5684/5688-Volume 20, protocolizada em 2019, que “[...] não obstante tais alegações, o fato é que o réu está com medo tendo em vista várias ameaças de morte (...)]”, REVELANDO QUE AS AMEAÇAS CONTINUARAM NO DECORRER DA INSTRUÇÃO PENAL.***

*Extrai-se, também, dos históricos pessoais e processuais acima delineados, que os acusados GILBERTO FURIERI RONALDO MODENESI CUZZUOL, ORVANIR PEDRO BOSCHETTI. ISMAEL DA RÓS AUER, OZAIRO COUTINHO GONÇALVES AUER. JOCIMAR RODRIGUES BORGES e PAULO SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA, são pessoas constantemente apontadas, seja na esfera*

*criminal, seja no âmbito cível e/ou político-administrativo, como dedicadas à prática de fatos contra a Administração Pública, sempre com suspeitas de enriquecimento ilícito em detrimento dos cofres públicos, de dano ao erário e violadoras dos princípios da Administração Pública.*

*Causa perplexidade, dentro deste contexto, que a despeito dos réus ostentarem um extenso histórico de procedimentos, quase na íntegra, de fatos em detrimento da Administração Pública, verifica-se que, de alguma forma, as conseqüências penais pelas supostas práticas delitivas não lhes foram alcançadas, o que, no entender deste Juízo, pode ter servido como estímulo à prática de novas condutas infracionais penais.*

**Logo, ALÉM DO GRAVE RISCO À ORDEM PÚBLICA. DECORRENTE DA GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS PRATICADOS, os dados reunidos nos autos e acima consignados apontam para um RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA mostrando-se necessária a decretação das prisões, como medida de garantia da ordem pública.**

*Necessário pontuar, ainda, que as degravações realizadas nos autos em apenso revelam que os réus GILBERTO FURIERL RONALDO MODENESI CUZZUOL, ORVANIR PEDRO BOSCHETTI, ISMAEL DA RÓS AUER, OZAI R COUTINHO GONÇALVES AUER, JOCIMAR RODRIGUES BORGES e PAULO SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA, expressamente consideravam correta e natural a praxe no recebimento das propinas, demonstrando que a corrupção já estava, há tempos, impregnada no intelecto dos agentes.*

*Infere-se, portanto, que os pressupostos para a decretação da prisão preventiva dos acusados GILBERTO FURIERI, RONALDO MODENESI CUZZUOL, ORVANIR PEDRO BOSCHETTI, ISMAEL DA RÓS AUER. OZAI R COUTINHO GONÇALVES AUER, JOCIMAR RODRIGUES BORGES e PAULO SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA já se encontravam presentes desde o nascedouro da ação penal, os quais foram reforçados e corroborados pelas provas produzidas ao longo da instrução.*

*Sendo assim, com fulcro nos arts. 312 e 313, I, ambos do CPP, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos acusados GILBERTO FURIERL RONALDO MODENESI CUZZUOL. ORVANIR PEDRO BOSCHETTI, ISMAEL DA RÓS AUER. OZAI R COUTINHO GONÇALVES AUER JOCIMAR RODRIGUES BORGES e PAULO SÉRGIO RODRIGUES PEREIRA, qualificados nos autos, como medida de garantia da ordem pública. [...].”(fls. 206-208, grifo nossal).*

Por sua vez, o eg. Tribunal de origem manteve a prisão preventiva, fundamentado seu v. acórdão nos seguintes termos, **in verbis**:

*"[...] Conforme prevê o artigo 312 do Código de Processo Penal, para que seja decretada a prisão preventiva é necessária a presença de prova da materialidade delitiva, indícios de autoria e que a liberdade do réu represente risco à ordem pública, à ordem econômica, à conveniência da*

*instrução criminal ou à aplicação da lei penal.*

***Após análise dos autos, constato a presença de todos os requisitos para aplicar a medida.***

*Pelos documentos que instruem a inicial percebe-se que, ao analisar a gravidade em concreto dos atos praticados pelos pacientes, bem como sua conduta, o magistrado sentenciante entendeu por adotar a segregação cautelar.*

***Cabe ressaltar que uma das testemunhas do processo foi reiteradamente ameaçada durante a instrução, o que a levou a deixar a comarca. Também é digno de nota a quantidade de menção aos pacientes em outras ações penais que apuram crime de mesma natureza.***

*O Superior Tribunal de Justiça já sedimentou entendimento no sentido de que em crimes que causam grave abalo social, como é o caso presente, fundamentada está a aplicação da medida, ainda que em sede de sentença e mesmo que o réu tenha permanecido em liberdade durante a instrução. Nesse sentido:*

*[...]*

*Desta forma, presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, está justificada a prisão preventiva dos pacientes em sua periculosidade e na atividade ilícita por eles desenvolvida." (fls. 59-60, grifei).*

Os excertos acima transcritos, a meu ver, revelam que a r. decisão que decretou a prisão do ora paciente, encontra-se devidamente fundamentada para a **garantia da ordem pública** e baseada em dados concretos extraídos dos autos, haja vista o **modus operandi** empregado na conduta supostamente perpetrada que **demonstram a necessidade da imposição da medida extrema, sobretudo porque o paciente e corréus “são pessoas constantemente apontadas, seja na esfera criminal, seja no âmbito cível e/ou político-administrativo, como dedicadas à prática de fatos contra a Administração Pública, sempre com suspeitas de enriquecimento ilícito em detrimento dos cofres públicos, de dano ao erário e violadoras dos princípios da Administração Pública.”** (fl. 206), o que patenteia o **periculum libertatis** e demonstra o risco de reiteração delitiva.

Sobre o tema, colaciono oportunamente os seguintes precedentes:

***"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI. RISCO DE REITERAÇÃO. CONTINUIDADE DELITIVA. PACIENTE PRIMÁRIO. NÃO IMPEDITIVO DE PRISÃO CAUTELAR. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. WRIT NÃO CONHECIDO.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

3. Ao que se tem dos autos, a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente e o acórdão que a ratificou afirmaram a existência de prova da materialidade do delito e fortes indícios de autoria, e demonstraram satisfatoriamente a necessidade da medida extrema em razão da gravidade concreta da conduta, evidenciada pelo *modus operandi* e risco de reiteração - o paciente de forma premeditada, em concurso de pessoas, com outros dois indivíduos, abordou, em duas datas diferentes, vítimas diversas que faziam transporte de valores pertencentes a corretoras de câmbio, a indicar a seleção específica e calculada dos sujeitos passivos do delito.

4. A continuidade delitiva dos crimes, a par do *modus operandi* empregado, demonstra um prognóstico de recidiva criminosa, dado que, como ressaltado pelas instâncias antecedentes, contribui para evidenciar o *periculum libertatis* (HC n. 397.854/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 11/9/2017).

5. Estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la. 6. Habeas Corpus não conhecido.” (HC 483.191/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, DJe 15/02/2019, grifei).

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GRAVIDADE DA CONDUTA. MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DE CONTER A ATUAÇÃO DO GRUPO CRIMINOSO. RISCO AO MEIO SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM

**PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXTENSÃO DA LIBERDADE DEFERIDA AO CORRÉU. ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.**

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. In casu, embora as recorrente tenham respondido o processo em liberdade, com a condenação às penas superiores a 28 anos de reclusão, em regime inicial fechado, **a prisão cautelar foi adequadamente motivada pelo Magistrado sentenciante, que demonstrou o abalo à ordem pública, com base em elementos concretos dos autos, ante o modus operandi da conduta delitiva, tendo em vista que, agindo de forma orquestrada, com outros corréus que atuavam na administração da prefeitura, concorreu para o desvio, durante longo período, de vultosa quantia da municipalidade. Ressaltou-se, ainda, necessidade de conter a atuação do grupo criminoso, ante a possibilidade da continuidade das condutas por interpostas pessoas.**

3. É certa a possibilidade da decretação da prisão preventiva na sentença condenatória, nos termos do art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, desde que sejam apresentados fundamentos idôneos, aptos a justificar a segregação antecipada, o que foi observado na hipótese dos autos.

4. Esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis das agentes, como antecedentes, domicílio certo e ocupação lícita, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

6. Nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal - CPP, devem ser estendidos aos demais corréus os efeitos de decisão que beneficia um dos acusados, desde que demonstrada a similitude fática e processual. Na hipótese, o corréu restou beneficiado com liberdade provisória porque a ele foi atribuído crime de menor gravidade, tanto que restou

*condenado a cumprir pena em regime semiaberto, diferentemente do recorrente. Assim, por ausência de similitude fática, não há falar em aplicação do disposto no art. 580 do CPP, restando afastada a ocorrência de constrangimento ilegal.*

*7. Recurso em habeas corpus desprovido.” (RHC 89.011/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, DJe 10/12/2018, grifei).*

Ademais, o decreto preventivo, baseado em dados concretos extraídos dos autos, também justifica a segregação cautelar por **conveniência da instrução criminal** diante da ocorrência de **ameaças ao corrêu delator**, conforme destacou o d. Magistrado de primeiro grau.

Sobre o tema, vejam-se os seguintes precedentes:

*"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FEMINICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. AMEAÇA A FAMILIARES DA VÍTIMA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

*2. O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que o modus operandi, os motivos, entre outras circunstâncias, em delito grave, são indicativos concretos da periculosidade do agente, o que justifica a sua segregação cautelar para a garantia da ordem pública.*

*3. Hipótese em que persistem as razões que justificaram o encarceramento cautelar do recorrente para assegurar a ordem pública e para a conveniência da instrução criminal, pois sua periculosidade está evidenciada no modus operandi do delito, além de o acusado ter perpetrado ameaças a familiares da vítima.*

*4. Segundo consta, o recorrente, após encontrar a vítima, sua ex-esposa, passeando na rua em companhia de uma amiga, teria iniciado uma discussão e agredido a ofendida com golpes de cabo de revólver e com um empurrão, que a fez cair ao*



*chão. Sob ameaça, ordenou que a amiga saísse do local e, em seguida, desferiu disparos contra a ofendida, atingindo-lhe a região do rosto e do peito, causando-lhe o óbito. O motivo do crime teria sido inconformismo do recorrente com o término do casamento, após apenas três meses da união matrimonial. Consta também nos autos que "ao ser interrogado, o denunciado confessou a autoria do homicídio e afirmou que cometeu o delito porque viu uma fotografia da vítima com outro homem." Extrai-se, ainda, que o recorrente teria ameaçado matar o genitor da ex-mulher caso ela não reatasse o relacionamento.*

*5. Segundo entendimento firmado por esta Corte, "não há ilegalidade na negativa do direito de recorrer em liberdade ao réu que permaneceu preso durante a instrução criminal, se persistem os motivos da prisão cautelar", como é a hipótese em apreço (HC 396.974/BA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 30/8/2017).*

*6. A presença de condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, garantir a liberdade ao acusado, quando há, nos autos, elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema nos termos do art. 312 do CPP. Do mesmo modo, convém anotar que concluindo as instâncias de origem pela imprescindibilidade da custódia preventiva, resta clara a insuficiência e a inadequação da imposição de medidas cautelares mais brandas ao agente (HC 261.128/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 29/04/2013).*

*7. Recurso não provido" (RHC 102.291/RN, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe 26/09/2018).*

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. MODUS OPERANDI DELITIVO. TEMOR DAS TESTEMUNHAS. AMEAÇAS SOFRIDAS. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.*

*1. A aferição sobre a negativa de autoria demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a angusta via do writ, devendo ser a questão dirimida no trâmite da instrução criminal.*

*2. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida*

*cautelar, especialmente em elementos extraídos da conduta perpetrada pelos acusados, quais sejam, o modus operandi delitivo e o temor das testemunhas, em virtude de ameaças sofridas, demonstrando a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.*

3. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegado" (HC 384.326/RS, **Sexta Turma**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 16/3/2017, grifei).

*"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO, UM CONSUMADO E UM TENTADO. PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. "PERICULOSIDADE CONCRETA DO RECORRENTE. MODUS OPERANDI. AMEAÇA CONCRETA A VÍTIMA E SEUS FAMILIARES. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. RAZOABILIDADE. DIVERSOS ATOS DA DEFESA. EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, CITAÇÃO POR EDITAL. RECURSO DESPROVIDO.*

*I - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).*

*II - Na hipótese, no tocante à ordem pública, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado na periculosidade do recorrente, evidenciada pelo modus operandi da conduta, em tese, praticada, visto que, na companhia de dois e corréus e dois adolescentes, teria ceifado a vida de uma das vítimas e provocado lesão corporal em outra, com disparos de arma de fogo, em razão de disputa pelo tráfico de drogas na região de Guaranhuns.*

III - Em relação à conveniência da instrução criminal, a r. decisão encontra-se devidamente fundamentada em elementos concretos extraídos dos autos, uma vez que o recorrente estaria ameaçando a vítima e seus familiares. (precedente do STJ).

IV - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais (precedentes).

V - Na hipótese, verifica-se que a lentidão na marcha processual não se deu por inércia dos órgãos jurisdicionais, mas em razão de atos da própria defesa. Assim, deve ser aplicado o entendimento contido no enunciado 64 da Súmula do STJ, "não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".

Recurso ordinário desprovido. Expeça-se recomendação ao d. juízo de origem para que imprima celeridade ao julgamento do processo do recorrente" (RHC 60.692/ES, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 20/10/2015).

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO SIMPLES. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM SEGUNDA INSTÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.**

1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, explicitada na periculosidade do paciente, em face da gravidade concreta da conduta delitiva e ameaça a testemunhas, pois, como bem asseverado pelo acórdão construtivo, ademais, a testemunha Jonas Dias Araújo da Conceição, filho da vítima, informou que teme a soltura do recorrido, bem como que, no dia do delito, este teria apontado uma arma para uma pessoa conhecida por "Nego", consoante os seguintes trechos (...). Apesar do juízo de base consignar que o temor descrito pelas testemunhas é de cunho abstrato, entendo que a forma como a conduta do agente foi perpetrada e o grau de sua violência, pois retirou a vida de uma pessoa, sem qualquer explicação, simplesmente porque não encontrou o sujeito que verdadeiramente desejava matar, demonstra com clareza solar a periculosidade do investigado, bem como justifica o medo concreto relatados pelas testemunhas, o que constitui base empírica idônea para a decretação da mais gravosa cautelar penal em face da manutenção da ordem pública e conveniência da instrução criminal, não há que se falar em ilegalidade a justificar

*a concessão da ordem de habeas corpus.*

*2. Sequer o tempo decorrido até o julgamento do recurso em sentido estrito, de cerca de seis meses, então provido para decretar a prisão, justificaria irresignação por falta de contemporaneidade.*

*3. Habeas corpus denegado" (HC 388.530/MA, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 12/12/2017).*

Outrossim, registro que as **ameaças ao corréu delator**, o qual inclusive foi obrigado a mudar de domicílio, consoante destacou o d. Magistrado sentenciante, **ocorreram durante o curso da instrução criminal, revelando, a meu sentir, se tratar de fatos contemporâneos e, portanto, justificadoras da segregação cautelar.**

Ressalte-se, ainda, que a presença de circunstâncias pessoais favoráveis não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, **como na hipótese**. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Assim sendo, não se depreende dos autos qualquer ilegalidade que autorize a concessão de ofício do **mandamus**.

Pelo exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo  
(Desembargador Convocado do TJ/PE)  
Relator